

ENERGIA NUCLEAR NO BRASIL ATINGE NOVA MARCA MUNDIAL

A usina nuclear de Angra 2, localizada em Angra dos Reis, RJ, com potência instalada de 1.350 MW, alcançou uma marca histórica em 2020.

De acordo com o Relatório Anual do ministério de Minas e Energia, e apontado como destaque pelo ministro Bento Albuquerque em recente declaração, Angra 2 operou durante 13 meses consecutivos com um fator de capacidade de 99,43%, estabelecendo uma nova marca mundial em termos de tempo de operação contínua antes da parada programada para troca de combustível, e trabalhando, durante todo este tempo, praticamente na potência máxima, 24 horas por dia. Estes dados atestam tanto a segurança operacional dos reatores nucleares brasileiros, quanto a produtividade dos elementos combustíveis, projetados e fabricados pela empresa estatal brasileira INB – Indústrias Nucleares do Brasil S.A.

Trata-se de um feito que merece ser divulgado junto à sociedade brasileira, principalmente neste momento em que se está discutindo a manutenção da bandeira vermelha para a tarifa de energia elétrica. Além disso, o risco iminente de apagão, com o consequente acionamento das térmicas a gás e a óleo com custos operacionais muito mais elevados, caso a situação hídrica do País continue no atual estado de escassez de chuvas, com comprometimento de nossa capacidade de geração hidrelétrica. Tudo isso contribui ainda mais para elevar nossa tarifa de energia elétrica, como se não bastasse o Brasil já ter a triste marca de segunda maior tarifa residencial do planeta.

Em um sistema híbrido de geração como o do Brasil, com predominância hidrelétrica, a complementariedade das fontes de geração é um fator de segurança energética fundamental. O Brasil tem diversificado sua matriz de geração de energia elétrica, explorando, cada vez mais e melhor, o seu potencial de energia renovável, com parques eólicos, hidrelétricas, usinas de biomassa e instalações de geração solar, quer de forma centralizada ou descentralizada com os *smart grids*. A presença da energia nuclear nesta matriz fornece a segurança energética que o sistema elétrico necessita, ao mesmo tempo em que contribui para reduzir as emissões de CO₂ e baixar os custos de geração térmica.

É importante destacar a correlação direta entre energia elétrica e desenvolvimento. O Brasil, infelizmente, tem um baixo índice de consumo *per capita*: 2.500 kWh/hab/ano, precisando, assim, de grandes quantidades de energia para poder se desenvolver de fato. Uma política de Estado, para o desenvolvimento do Brasil, passa necessariamente por uma produção maciça de eletricidade, em larga escala, na qual a fonte nuclear tem um grande e importante papel a desempenhar.

No caso do Brasil, estudos apontam que uma composição da ordem de 70% de energia renovável, complementada com 30% de regulável (geração térmica), seria suficiente para garantir a segurança energética do País, otimizando a composição de custos e maximizando a produção, o que resulta na economicidade para o sistema e estabilidade no valor da tarifa elétrica.

Neste sentido, o ministério de Minas e Energia acaba de lançar o plano estratégico do setor energético para o horizonte 2050 (PNE 2050), com a recomendação de construção de mais 10.000 MW de energia nuclear no Brasil, além de Angra 3, com entrada em operação prevista para meados da década que ora se inicia. Assim, a decisão já está tomada; necessário se faz que os diversos *players* assumam então seu papel no trabalho, urgente, de viabilização das novas centrais nucleares brasileiras.

Para tanto, vale lembrar que o Brasil possui uma reserva de urânio suficiente para o abastecimento de um parque nucleoeletrico de 12 usinas nucleares, de modo a garantir a segurança energética no fornecimento de eletricidade. Este parque gerador corresponderia a um percentual de apenas 10% no sistema nacional, o que seria equivalente a uma usina hidrelétrica do porte de Itaipu. Além disso, o País domina integralmente todo o ciclo do combustível nuclear, a partir da mineração de urânio, a fabricação de elementos combustíveis e a sua utilização nas usinas nucleoeletricas.

Deste modo, o Brasil não pode se dar ao luxo de abrir mão de uma fonte energética com tal grau de segurança operacional e de garantia de fornecimento, com economicidade e impactos ambientais próximos de zero. Portanto, é importante que o exemplo de Angra 2 sirva de referência para a sociedade brasileira se orgulhar da capacitação nacional em geração nuclear, sobretudo neste momento de expansão, tão necessária para o desenvolvimento do País, subsidiando uma decisão técnica, madura e consciente sobre o tema.

Rogério Arcuri Filho
Presidente da ABEN - Associação Brasileira de Energia Nuclear